

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

COMUNICAÇÃO A APRESENTAR AO VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES PELO AGRUPAMENTO DE DELEGAÇÕES DE VISEU

SECÇÃO 4 - “ADVOCACIA E O FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS”

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

O Código das Custas Judiciais alterado pelo Dec. Lei 324/03, de 27/12, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2004 e constitui um elemento pernicioso ao Acesso aos Tribunais pelos Cidadãos, negando-lhes pela via económica/financeira o direito, constitucionalmente consagrado, do acesso à JUSTIÇA.

As alterações introduzidas não foram ingénuas e pretenderam, pelo aumento exponencial das custas e sobretudo pelas “rasteiras” processuais introduzidas com aquele diploma, dissuadir o cidadão de exercer os seus direitos.

Muito mais havia a dizer sobre a génese das alterações e dos objectivos pretendidos, sendo certo que, de forma diária, todos nos vamos apercebendo dos efeitos práticos daquelas alterações.

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

Na presente COMUNICAÇÃO, irão analisar-se alguns aspectos das alterações, cujos efeitos consideramos nefastos para os cidadãos, iniciando a nossa apresentação pelo campo das Custas Cíveis, prosseguindo com as Custas Criminais e finalizando com CONCLUSÃO e PROPOSTAS DE APRECIÇÃO e ALTERAÇÃO dos artigos analisados.

I – DAS CUSTAS CÍVEIS

O Estado entendeu penalizar fortemente o cidadão na defesa dos seus interesses económicos e patrimoniais, como se fossem direitos menores, tendo introduzido regras que desvirtuaram o sistema e colocam os cidadãos numa situação de impotência perante a pesada máquina judicial.

O art.º 13º do C.C.J. introduziu a noção da taxa de justiça para cada parte aplicando extensivamente essa noção aos Inventários Judiciais que não se enquadram de todo no seu nº 1, cuja classificação taxativa deixa de fora tal figura. E o certo é que, na prática, a aplicação uniforme daquela regra aos Inventários, eleva para o DOBRO o valor apurado do final das licitações, cabendo a cada parte (ao caso requerente e interessados) o pagamento das custas que incidem sobre o dobro do valor do Inventário.

O requerente do Inventário vê ainda deduzidos e repartidos pelos restantes interessados o montante que despendeu na taxa de justiça inicial do Processo, vendo-se obrigado a lançar mão do disposto no artigo 33º A do citado diploma.

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

De realçar que o Inventário judicial não poderia jamais contemplar a figura de cada parte, pois não existe um litígio bilateral, mas tão só a partilha duma herança ilíquida e indivisa em que todos os intervenientes são interessados.

Mais grave de que a noção de taxa de justiça de cada parte, é a consagração OPE LEGIS, da não restituição pelos cofres das taxas de justiça pagas pelo AUTOR, vencedor, a final, da sua pretensão.

A este principio da não restituição pelos cofres das taxas de justiça à parte vencedora, o legislador introduziu uma excepção em sede de APOIO JUDICIÁRIO: as taxas de justiça pagas pela parte vencedora são levadas à conta da parte vencida.

Excepção, no entanto, sem qualquer efeito prático uma vez que o beneficiário do Apoio Judiciário nada paga, sendo assim indiferente o abatimento na sua conta das taxas de justiça adiantadas pela parte vencedora.

Voltando à regra da não devolução OPE LEGIS de qualquer taxa de justiça paga, mesmo em sede de Apoio Judiciário, a parte vencedora ver-se-á obrigada a, no prazo atempado, solicitar ao Tribunal a devolução daquelas taxas cujo pedido está ainda sujeito a despacho judicial.

Nesta situação deveria consagrar-se a restituição automática das taxas de justiça já pagas pela parte vencedora.

Não havendo Apoio Judiciário concedido a qualquer das partes, a parte vencedora que se vê desapossada e não reembolsada das taxas de justiça que adiantou (aproveitando esses

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

pagamentos à parte vencida), ver-se-á obrigada a lançar mão de execução para pagamento de quantia certa, voltando, nessa situação, a desembolsar encargos e custos.

Um exemplo prático demonstra o absurdo do actual sistema.

- O A. propõe acção de processo comum na forma sumária contra o R., auto-liquidando taxa de justiça inicial.
- Notificados para a audiência de julgamento, A. e R. reforçam as suas entregas com o pagamento da taxa de justiça subsequente.
- Realizada a audiência, o R. perde a acção.

Começa o “calvário “ da parte vencedora:

- No prazo de 60 dias a contar do trânsito em julgado da acção, tendo direito a ser compensado das custas de parte, remete à parte responsável a nota discriminativa e justificativa para que esta proceda ao seu pagamento (artigo 33º - A nº1)
- A parte vencida não paga.
- Ao A. restam duas alternativas:
 - Ou requer a Execução da sentença para cobrança das custas de parte a que tem direito (nº6 do mesmo artigo),
 - Ou requer ao Ministério Público que instaure execução por custas nos termos do nº3 do artigo 116º, sujeitando-se a que o Ministério Público lance mão do nº2 desse mesmo artigo – a execução não é instaurada se a dívida for de montante tão reduzido que não justifique a actividade ou despesas a que o processo daria lugar.

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

Vamos ainda admitir outra situação caricata criada pelo nº4 do artigo

33º A:

- A parte vencida não concorda com a nota discriminativa e justificativa enviada pela parte vencedora. Só têm (!) que previamente depositar o montante constante da nota, nos termos do nº3 do artigo 116º.

- Para além do depósito prévio do montante apresentado, pagará para reclamar, taxa de justiça fixada nos termos do artigo 116º, que poderá oscilar entre 1 UC e 20 UCCS, conforme vontade do Sr. Dr. Juiz.

Um último apontamento quanto às acções não contestadas: o A. propõe a acção, autoliquida a taxa de justiça inicial; o R. não contesta, sendo-lhe pois imputadas as custas; no entanto, na sua conta vai “ aproveitar” os pagamentos feitos pelo A. a título de taxas de justiça e se o A. se quiser ver reembolsado, terá que lançar mão do processo já descrito.

O Estado introduziu pela via legislativa uma forma de execução que não a promovida pelos senhores solicitadores, tendo agora o requerente e o seu advogado que lançar mão de uma acção executiva para pagamento de quantia certa contra a parte vencida no Processo, voltando a autoliquidar taxa de justiça que só verá ressarcida se acaso o devedor possuir alguns bens.

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

II – CUSTAS CRIMINAIS.

Quanto às custas criminais o despudor do Estado não é sublimado:

- As CUSTAS CRIMINAIS foram ALTERADAS PARA O DOBRO!

O artigo 83º do C.C.J. não deixa margem para interpretações dúbias:

- Pela constituição de Assistente é devida taxa de justiça de 2UCCS;*
- Pela abertura de instrução é devida taxa de justiça de 2 UCCS,*

Iniciado o Processo criminal para apresentação da queixa, o cidadão ofendido inicia um calvário de despesas que desvirtuam o direito do acesso à justiça.

Tratando-se de um crime particular, obrigatoriamente dispenderá 178,00 € pela taxa de justiça inicial, agora também em sistema de autoliquidação, ficando sujeito a que o Exmo Sr. Dr. Juiz não venha admiti-lo como assistente; a taxa paga não é restituída.

Ultrapassado o Inquérito, o Exmo Sr. Magistrado do Ministério Público não deduz acusação, antes arquivando os autos, quer quanto ao crime particular, quer quanto a outros crimes da sua competência.

O Assistente requer a abertura da instrução: volta a autoliquidar 178,00 €;

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

O Sr. Dr. Juiz de Instrução mantém a não pronuncia; o cidadão entende fazer valer as suas razões na 2ª instância – voltará a autoliquidar 178,00 € de taxa de justiça para o recurso; Obtendo ganho de causa na 2ª instância, o arguido é finalmente levado a julgamento e a final condenado.

O Assistente sente-se recompensado, viu feita a Justiça!

A conta final é “Kafkiana”:

- As taxas de Justiça [534,00€] não são restituídas ao Assistente. É-lhe fixada uma indemnização cível de 150,00€, quando ele, Assistente, pedia razoavelmente a quantia de 500,00€. Vê-se condenado no decaimento.

Na área criminal, a não restituição das taxas de justiça adiantadas pelo Assistente revestem-se de inconstitucionalidade, pretendendo o legislador mais uma vez dissuadir o cidadão do mais elementar direito do acesso à Justiça.

Tanto mais no caso das custas criminais jamais o Assistente as poderá recuperar.

CONCLUSÃO:

Considerando que são tarefas fundamentais do Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelo Estado de Direito Democrático e promover o bem-estar e qualidade de vida do Povo e a

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

igualdade real entre os portugueses, previstos nas als. b) e d) do artº 9 da Constituição da República Portuguesa, entendemos que :

1. Os artigos 13º (base de cálculo da taxa de justiça) e 83º (taxa de justiça devida pela instrução e pela constituição de assistente) do Código das Custas Judiciais, originaram um encarecimento significativo das taxas de justiça, traduzindo-se numa restrição efectiva do acesso ao Direito;
2. A eliminação da al. c) do artº 14º do anterior Código das Custas Judiciais, que previa a redução a metade da taxa de justiça em acção cível quando processada juntamente com a acção penal, constitui um exemplo específico do encarecimento das custas judiciais;
3. Os artºs. 31º (reembolso e devolução de taxa de justiça) e 33º-A (pagamento das custas de parte) do Código das Custas Judiciais, transferiram para as partes a responsabilidade e o processamento do reembolso e devolução das taxas de justiça e, assim, a introdução de um conceito de gestão privada na actividade judiciária e um factor inibitório no acesso à justiça;

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

=== TEMA : CUSTAS JUDICIAIS ===

PELO QUE,

São normas violadoras dos princípios constitucionais do acesso ao direito e aos tribunais, da denegação da justiça por insuficiência de meios económicos, e do princípio da igualdade, previstos nos artºs. 13º e 20º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa .

Assim propomos:

- A apreciação da constitucionalidade dos artºs 13º, 31º, 33º-A e 81º do Código das Custas Judiciais e a reintrodução da al. c) do artº 14º do anterior Código das Custas Judiciais.
